

O vaivém da produtividade



José Paulo Kupfer

Uma das jóias do marketing político da equipe econômica do governo é o aumento da produtividade na economia brasileira depois do Plano Real. De posse dos números da produção industrial e do emprego, com base nos dados captados pelo IBGE, toca-se o bumbo em cima de uma produtividade média anual espetacular, que supera 8% ao longo dos anos 90, inclusive no período mais recente e turbulento, que começa em meados de 1997. O problema é que, usando outra base de dados — as informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro de Emprego e Desemprego (Caged), ambos do Ministério do Trabalho —, o resultado desaba, nesse período mais recente, para pouco mais de 1% ao ano. E, do começo da década até dezembro de 1997, a taxa de produtividade industrial mal passa da metade dos famosos 8% obtidos pelo IBGE na média da década.

“A verdade deve estar no meio”, diz o economista Regis Bonelli, pesquisador do Ipea, para o qual produziu uma nota comparativa

entre os resultados com base no IBGE e na Rais. Segundo Bonelli, embora a medição da produtividade envolva uma velha controvérsia, no caso brasileiro atual é possível afirmar pelo menos duas coisas. A primeira é que, sob qualquer base de medida, ao longo da década, a evolução da produtividade é expressiva. A outra é que, embora a taxa seja expressiva, a competitividade da produção industrial, no período, pode não ter sido tão favorável como estimada por diversos economistas, inclusive o próprio Bonelli. A relativa lentidão com que as exportações de manufaturados têm reagido à desvalorização cambial leva jeito de confirmar esta última hipótese.

O outro lado da moeda da produtividade nem tanto explosiva é que o desemprego industrial pode ter sido menor do que o apurado pelo IBGE ao longo da década. De acordo com o IBGE, a taxa média anual de desemprego nos anos 90 ficou em torno de 6% da população economicamente ativa. Computada com base nas informações da Rais/Caged, a taxa cai pela metade. Trata-se, parece óbvio, de saber quem está fotografando melhor a situação do emprego nestes tempos de transição e reorganização econômica. De acordo com Bonelli, a Rais é um bom medidor do emprego formal na indústria — de resto, o segmento que mais assegura empregos formais. A di-

ferença é que, enquanto o IBGE apura quem está procurando emprego, na semana da pesquisa, nas regiões metropolitanas, a Rais parte de informações prestadas pelas empresas e sua cobertura é maior, alcançando até as regiões interioranas.

Os dados da Rais, a partir dos quais Bonelli fez seus exercícios, foram reagrupados pelo economista João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ. Sabóia, informa Bonelli, encontrou evidências de que está ocorrendo uma desconcentração espacial tanto do emprego quanto da produção. Observou também um forte aumento no número de pequenas aglomerações industriais (entre 5 mil e 10 mil empregos) e, nesse estrato, uma prevalência, nos últimos dez anos, de casos de crescimento do emprego sobre os de redução de postos de trabalho.

O novo mapa da produção industrial que pode estar sendo desenhado na economia brasileira merece que se volte ao assunto. Afinal, a taxa de produtividade do trabalho depende do nível de emprego da mão-de-obra. Mas, independentemente disso, ao largo da controvérsia a respeito das bases de cálculo, a redução mais

acentuada da taxa de produtividade nos últimos anos bate com as cores dominantes no ambiente econômico. Tudo o mais mantido constante, a produtividade cresce quando a economia cresce. Gradualmente estrangulada a partir da crise na Ásia, a economia brasileira cresceu bem pouco nos dois últimos anos e é provável que tenha levado consigo para baixo o índice de produtividade. Esse recuo teria se acentuado em 1999, com a mudança do regime cambial e a desvalorização do real. “Os equipamentos fi-

caram relativamente mais caros e isso reduziu os estímulos para modernizar o parque”, diz Bonelli. “A produtividade, assim, foi certamente afetada.”

É preciso, no entanto, ser cauteloso na aplicação da teoria. Se é verdade que

A economia brasileira cresceu bem pouco nos dois últimos anos e é provável que tenha levado para baixo o índice de produtividade

a produtividade cresce com o crescimento da economia, essa não é a única condição para que tal aumento ocorra. No período que sucedeu ao início da abertura da economia, na entrada dos anos 90, quando a economia andava de lado e até mesmo para trás, a produtividade, por qualquer padrão de medida, deu um salto. O empurrão veio da competição, que obrigou as empresas a realizar cortes de custo e a lutar contra desperdícios. As melhorias, nessa etapa,

parecem ter ocorrido muito mais pela introdução de novas técnicas de produção e gestão do que pela entrada em operação de novas máquinas. Foi o que se viu na economia brasileira, sobretudo a partir da estabilização monetária trazida pelo Plano Real. Ao tornar mais fácil e barato importar máquinas e equipamentos mais modernos, a valorização cambial, na verdade, apenas potencializou um processo já instalado, no qual, digamos, operava mais o software do que o hardware.

O raciocínio também serve quando se inver- te a mão de direção. Nem sempre que ocorre crescimento da economia a produtividade segue no mesmo diapasão. Se, por qualquer circunstância, esse crescimento se dá em meio a um relativo fechamento das fronteiras comerciais, a produtividade pode ficar algemada ou avançar no ritmo lento de um samba-canção. Bonelli localiza um funcionamento desse tipo na produtividade de indústrias como a têxtil: “Não é caso único de setor muito sensível às variações no grau de competição, mas é um bom exemplo”, explica ele. “Toda vez que ocorre uma redução na competição, do que resulta menor pressão dos importados, verifica-se um afrouxamento nos processos e controles que afeta a produtividade.” ■